



123  
e

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0325032-4**

**APELANTE:** Município de Lagoa dos Gatos

**APELADO:** Gustavo Romero Soares Cavalcanti

**RELATOR:** Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** DIREITO CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE VERBAS SALARIAIS RESCISÓRIAS. REEXAME NECESSÁRIO PROVIDO EM PARTE, PREJUDICADO O APELO VOLUNTÁRIO. 1. De proêmio, anotou-se que a preliminar de prescrição quinquenal restou devidamente enfrentada por ocasião da sentença. 2. O vínculo funcional mantido pelo ex-servidor com a municipalidade era de natureza estatutária, consistente no exercício de cargo comissionado. 3. Nesse panorama, cabia ao Município réu/apelante fazer prova do pagamento, ao autor/apelado, dos valores deferidos, garantidos pela Carta Constitucional de 1988 e não atingidos pela prescrição quinquenal. 4. Em sede de reexame de ofício, excluiu-se da carga condenatória o pagamento do 13º salário do período de 2006, visto que o recibo de pagamento de salário acostado pelo próprio autor possui valor probante suficiente para demonstrar que esta verba, referente ao ano de 2006, foi devidamente paga. 5. Reexame necessário provido em parte, prejudicado o apelo voluntário.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0325032-4, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0325032-4**

**APELANTE: Município de Lagoa dos Gatos**

**APELADO: Gustavo Romero Soares Cavalcanti**

**RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello**

**RELATÓRIO**

Trata-se de **reexame necessário** e **apelação cível** interposta pelo Município de Lagoa dos Gatos em face de **sentença** proferida pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Lagoa dos Gatos, que, nos autos da **Ação de Cobrança NPU 0000240-07.2011.8.17.0890**, julgou parcialmente procedente o pedido nos seguintes termos:

“Posto isto, e tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art.269, inciso I, do CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO**, extinguindo o feito com resolução do mérito, para condenar o réu ao pagamento férias simples relativamente aos períodos de 2006, 2007, 2008 e proporcionais relativas ao período de 2009, acrescidas do terço constitucional, e décimo terceiro salário proporcional relativamente aos períodos de 2006 e 2009, tudo calculado sobre a última remuneração percebida no período.

Todas as verbas devem ser devidamente atualizadas pela tabela do Encoge, desde a data em que passou a ser devida cada parcela, acrescida de juros de mora à base de 0,5% ao mês, estes contados desde a citação, considerando que a ação foi proposta após o início da vigência da Medida Provisória 2.180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9.494/97, mas antes da nova redação atribuída este dispositivo pela Lei 11.960, em 30.06.09.

Com fulcro no art. 21, do CPC, condeno os litigantes ao pagamento recíproco de honorários, os quais fixo no montante de 5% (cinco por cento), tudo em conformidade com o parágrafo 4º do art. 20 do CPC, compensando-se reciprocamente. Condeno a autora ao pagamento de metade das custas processuais (art. 21 do CPC). Suspendo, em relação a esta, a exigibilidade da condenação, em razão da concessão da gratuidade da justiça, conforme se verifica às fls.51 (art. 12 da lei 1.060 /1950).

Sentença não se sujeita ao reexame necessário, porquanto o débito não se apresenta superior a 60 (sessenta) salários mínimos (art. 475, §2º, do CPC)”. (grifos no original).”

No caso em tela, sustenta o autor ter laborado na função de agente de saúde para o Município reclamado, no período de 01 de janeiro de 2000 a 21 de dezembro de 2009. No entanto, alega que o Município não pagou diversas verbas supostamente devidas a título de férias, terço constitucional, gratificação natalina e FGTS.

Nesta sede recursal (fls. 96/100), argüi o Município: (i) o não acatamento pela magistrada da prescrição quinquenal; (ii) ausência de pressuposto legal para o pagamento das férias simples do ano de 2009; e (iii) ausência de causa de pedir com relação à condenação do 13º salário do período de 2006 e 2009.

O demandante pugna (fls. 103/104) pela manutenção da sentença apelada.

O Ministério Público com assento neste Tribunal absteve-se de ofertar o parecer ante a ausência de interesse público primário no feito (fls. 115/116).

É o que importa relatar. Inclua-se em pauta.

Recife, 07 de abril de 2014.  
  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



124  
a

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0325032-4

APELANTE: Município de Lagoa dos Gatos

APELADO: Gustavo Romero Soares Cavalcanti

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

O autor busca a condenação do Município a efetuar o pagamento das verbas supostamente devidas a título de férias, terço constitucional, gratificação natalina e FGTS.

O pedido foi julgado parcialmente procedente.

Inconformado, o Município apelou, alegando, em síntese: (i) o não acatamento pela magistrada da prescrição quinquenal; (ii) ausência de pressuposto legal para o pagamento das férias simples do ano de 2009; e (iii) ausência de causa de pedir com relação à condenação do 13º salário do período de 2006 e 2009.

Pois bem.

De proêmio, anoto que não merece guarida a alegação de não acatamento da **prescrição quinquenal**, suscitada pela edilidade, uma vez que a referida preliminar foi enfrentada na própria sentença da seguinte forma:

"No que concerne à prejudicial de mérito de prescrição quinquenal, sob o argumento de incidência do art.7º, XXIX da CF, todas as verbas devidas até 13-07-2006, eventualmente não pagas, foram alcançadas pela prescrição quinquenal, aplicável ao caso, conforme registrado acima" (cf. fls.86).

Sendo assim, afasto o referido argumento.

Por outro lado, tenho por evidenciada nos autos a circunstância fático-jurídica de que o vínculo existente entre o autor e o Município, apesar de o demandante exercer a função de agente comunitário de saúde, na verdade era de natureza estatutária, consistente no exercício de **cargo comissionado**.

Registro, à luz da documentação carreada aos autos, ter o autor ocupado o **cargo em comissão**, conforme ato de nomeação (fl.51), de exoneração (fls.52), e os 'Recibos de Pagamento de salário' (fl.08; 09; 11; 12) - emitidos pelo próprio Município apelante e por ele não impugnados -, além do fato de não constar nos autos nenhum "contrato de prestação de serviço temporário".

Dito isso, observo que, no tocante à condenação no pagamento das **férias simples** relativas aos períodos de 2006, 2007, 2008, e proporcionais relativas ao período de 2009, acrescidas do terço constitucional, o Município apelante em nenhum momento fez prova do pagamento dos referidos valores ao apelado, a tempo e modo, restando **incontroversa** nos autos a sua **inadimplência** para com ditos valores, garantidos pela Carta Constitucional e não atingidos pela prescrição quinquenal, pelo que a sua omissão nesse mister implica no reconhecimento da procedência do pedido, tal como deferido pelo Juízo *a quo*.



125  
60

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Ademais, incabível a alegação de impossibilidade de se reconhecer como devidos os valores relativos às férias simples de 2009, por não ter o autor supostamente cumprido o requisito temporal imposto por lei local, uma vez que, de acordo com a portaria acostada às fl.51, o servidor ocupava cargo comissionado desde 2005.

Com efeito, consoante a regra encartada no art. 333, II, do Código de Processo Civil, cabia ao Município apresentar prova da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito reclamado pela parte autora, qual seja, nesta última hipótese, o efetivo pagamento de todos os valores pleiteados a título de férias simples relativamente aos períodos de 2006, 2007, 2008, e proporcionais relativas ao período de 2009, acrescidas do terço constitucional.

Nesse quadro, certo é que a matéria em análise - obrigação de pagar vencimento a servidor público ativo ou inativo - resta de todo pacificada perante este Tribunal de Justiça, consoante se vê, exemplificativamente, do aresto seguinte:

**EMENTA: "DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL -SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SALÁRIOS ATRASADOS - AÇÃO PROCEDENTE - SENTENÇA MANTIDA - NEGADO PROVIMENTO À REMESSA OFICIAL - DECISÃO UNÂNIME".**

**I. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DA AUTORA:** Há nos autos elementos suficientes para estabelecer a "legitimatio ad causam" da autora, como o demonstrativo de pagamento de salário constante dos autos, no qual consta seu nome e a função exercida como funcionário do município de Palmares. Preliminar Rejeitada.

**II. MÉRITO:** São inúmeros os direitos sociais que protegem o funcionário público, estando todos eles previstos na Constituição Federal. **A Carta Magna é clara ao rezar que se aplicam aos servidores públicos civis os direitos garantidos ao empregado pelas disposições do art. 7º, incisos IV, VI e VIII, os quais garantem o salário mínimo, a irredutibilidade do salário e o décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou valor da aposentadoria.**

**III. Não resta dúvida acerca da aplicabilidade destes direitos sociais aos servidores públicos civis, resguardando o princípio da Dignidade Humana, consolidado pela Constituição Federal, pelo qual todo trabalho deve ser remunerado.**

**IV. No tocante à condenação da Edilidade ao pagamento dos honorários de advogado, é aplicável à hipótese o art. 20, parágrafo 3º, do CPC.**

**V. Sentença "a quo" mantida integralmente e negado provimento à Remessa Oficial, em votação unânime." (Duplo Grau Obrigatório de Jurisdição Nº 76799-7, Primeira Câmara Cível, em 10.12.2002, Des. Relator Bartolomeu Bueno).**

Esse entendimento aplica-se, também, aqueles que exercem **transitoriamente** funções estatutárias, pelo exercício de **cargos em comissão**.

Em sede de reexame de ofício, porém, cuido que a sentença merece reforma em parte.

Com efeito, é de se excluir da carga condenatória o pagamento do **13º salário** do período de 2006, isso porque, a meu sentir, o recibo de pagamento de salário de fl.17 acostado pelo próprio autor possui valor probante suficiente para demonstrar que **esta** verba, referente ao **ano de 2006**, foi paga ao autor/apelado.



126  
9

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Assim, é devido o pagamento do décimo terceiro salário proporcional do período de 2009, uma vez que o Município não comprovou a referida quitação; no entanto, entendendo indevido o pagamento do período de 2006, conforme o documento acostado as fl.17.

Considerados todos esses aspectos, **dou provimento parcial ao reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário, em ordem a **reformular parcialmente** a sentença de primeiro grau para o fim específico de excluir a condenação ao pagamento do décimo terceiro salário do período de 2006, mantidos os demais termos da sentença.

É como voto.

Recife, 22 de maio de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator